

## **O “ADESTRAMENTO” DA JUVENTUDE RURAL: o modelo educativo da extensão rural para a reprodução do capital**

Cíntia Wolfart<sup>1</sup>  
Marcos Vinícius Ribeiro<sup>2</sup>

### **Resumo**

A proposta deste artigo é problematizar a concepção da formação humana aplicada pela extensão rural, entendida como um projeto capitalista de educação para o Brasil, entre as décadas de 1940 e 1960. A extensão teve como interesse especial a educação da juventude rural, considerada como alvo propício, suscetível e facilmente moldável não só para a assimilação e incorporação do pacote tecnológico em decorrência do Imperialismo europeu e estadunidense, mas também para a preparação da força de trabalho necessária para o desenvolvimento do capitalismo no campo. A extensão seguiu o modelo difusionista de técnicas e tecnologias e a ideologia do “aprender a fazer fazendo”, característicos da sociologia rural estadunidense, que forjava seus reais objetivos atrelados à reprodução da sociedade de classes e à manutenção da desigualdade social. A partir da avaliação das práticas da extensão, evidenciou-se um processo de ocultação das contradições do capitalismo no campo. A proposta de melhoria da qualidade de vida da população rural não se efetivou, e a educação rural foi fator central para o convencimento da juventude rural sobre via capitalista como modo de produção necessário.

**Palavras-chave:** adestramento rural; educação; extensão.

## **THE “TRAINING” OF RURAL YOUTH: the educational model of rural extension for capital reproduction**

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação no estado de São Paulo pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Mestra em História no estado do Paraná pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Marechal Cândido Rondon/PR. Integrante do grupo de Estudos Trabalho, Política e Educação Escolar sob orientação da Professora Pós-doutora Maria Cristina dos Santos (UFSCAR). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9112-3158>. E-mail: [cintia\\_wolf\\_art@hotmail.com](mailto:cintia_wolf_art@hotmail.com).

<sup>2</sup> Doutor em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Marechal Cândido Rondon - Paraná. Professor adjunto do curso de História da Universidade Estadual de Goiás (UEG), campus Sudoeste, sede de Quirinópolis/GO. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7099-5037>. E-mail: [marcos.ribeiro@ueg.br](mailto:marcos.ribeiro@ueg.br).

**Abstract**

The purpose of this article is to problematize the conception of human formation applied by rural extension, understood as a capitalist education project for Brazil, between the 1940s and 1960s. The extension had a special interest in the education of rural youth, considered as a propitious, susceptible and easily moldable target not only for assimilation and incorporation of the technological package as a result of European and American Imperialism, but also for the preparation of the workforce necessary for the development of capitalism in the countryside. The extension followed the diffusionist model of techniques and technologies and the ideology of “learning to do by doing”, characteristic of American rural sociology, which forged their real objectives linked to the reproduction of class society and the maintenance of social inequality. From the evaluation of the extension practices, a process of hiding the contradictions of capitalism in the countryside became evident. The proposal to improve the quality of life of the rural population did not materialize, and the rural education was a central factor in convincing rural youth about the capitalists route as a necessary mode of production.

**Keywords:** rural training; education; extension.

**LA “FORMACIÓN” DE LA JUVENTUD RURAL:  
el modelo educativo de extensión rural para la reproducción de capital**

**Resumen**

El propósito de este artículo es problematizar la concepción formación humana aplicada por la extensión rural, entendida como un proyecto de educación capitalista para Brasil, entre las décadas de 1940 y 1960. La extensión tuvo un interés especial en la educación de la juventud rural, considerada como un objetivo propicio, susceptible y fácilmente moldeable no solo para asimilación e incorporación del paquete tecnológico como resultado del imperialismo europeo y americano, pero también para la preparación de la mano de obra necesaria para el desarrollo del capitalismo en el campo. La extensión siguió el modelo difusionista de técnicas y tecnologías y la ideología del “aprender a hacer haciendo”, característica de la sociología rural estadounidense, que forjó sus objetivos reales ligados a la reproducción de la sociedad de clases y el mantenimiento de la desigualdad social. A partir de la evaluación de las prácticas de extensión, se evidenció un proceso de ocultación de las contradicciones del capitalismo en el campo. La propuesta de mejorar la calidad de vida de la población rural no se materializó, y la educación rural fue un factor central para convencer la juventud rural a la ruta capitalista como modo de producción necesario.

**Palabras clave:** formación rural; educación; extensión.

## INTRODUÇÃO

O objetivo desse artigo é problematizar o projeto de educação rural que foi planejado e executado pelo trabalho dos extensionistas rurais no Brasil entre as décadas de 1940 a 1960. Sobretudo, nos interessa avaliar, demonstrar e discutir alguns aspectos desse projeto, por meio do cotejamento de informações sobre o modelo educacional mencionado. Nosso interesse é a crítica do referido modelo a partir de fontes históricas produzidas por agências e agentes da extensão rural brasileira e estadunidense. Para tanto, lançamos mão do debate com autores e bibliografias especializadas no tema da educação e extensão rural no Brasil e no mundo contemporâneo, além de fontes históricas primárias, quais sejam, os manuais da extensão rural e os relatórios de atividades dos extensionistas que se envolveram tanto na confecção dos referidos documentos quanto na aplicação do projeto extensionista, bem como na aferição dos resultados oriundos do trabalho de levantamento da realidade rural brasileira das décadas de 1940 a 1960.

Tendo por base metodológica o materialismo histórico-dialético, compreendemos que os seres humanos são inseridos nas relações sociais de produção e sujeitos aos seus condicionamentos. Enquanto seres biológicos são capazes de modificarem-se e agirem sobre o meio natural e transformarem a sociedade de acordo com seus próprios interesses. Pela educação são capazes de transmitir sua experiência social acumulada. Nesse sentido, os sujeitos são produto e produtores de cultura, cujos valores são permeados pelas contradições e antagonismos de classe. Concordamos com Adam Schaff, para quem:

É só na condição de ter em conta todos esses aspectos do problema que é possível compreender o “homem” não como um ser abstrato, logo como um simples exemplar da sua espécie biológica, mas como um indivíduo concreto, quer dizer, tomando em consideração sua especificidade histórica, social e individual. Só o indivíduo humano concreto, percebido no seu condicionamento biológico e no seu condicionamento social, é o sujeito concreto da relação cognitiva. É portanto então evidente que esta relação não é nem pode ser passiva, que o

seu sujeito é sempre ativo, que introduz - e deve necessariamente introduzir - algo de si no conhecimento que é então sempre, numa acepção determinada destes termos, um processo subjetivo-objetivo (SCHAFF, A. 1995, p. 81).

Dessa forma, partimos do princípio metodológico de que os sujeitos históricos estabelecem certas relações sociais dialética e historicamente determinadas, sendo que a determinação é, em última instância, a realidade concreta e transitória das relações de produção. Assim, cabe mencionar o desenvolvimento. Segundo Marx:

Não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. Também as formações nebulosas na cabeça dos homens são sublimações necessárias de seu processo de vida material, processo empiricamente constatável e ligado a pressupostos materiais. A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, bem como as formas de consciência a elas correspondentes, são privadas, aqui, da aparência de autonomia que até então possuíam. Não tem história, nem desenvolvimento; mas os homens, ao desenvolverem sua produção e seu intercâmbio materiais, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência (MARX & ENGELS, 2007, p.94).

Nesse caminho, Marx avaliou que não é da autoconsciência que emerge o devir histórico, mas sim da ação material, empiricamente observável. Ou seja, tratam-se das ações pelas quais os indivíduos fornecem à prova, na medida em que buscam suprir suas necessidades básicas, quais sejam: comer, beber, se vestir, andar, organizar e unir a sua classe para revolucionar visando a emancipação humana.

O processo de tecnificação da agricultura no Brasil operou-se no interior do sistema Imperialista global e por meio de instituições privadas e públicas foi decisivamente impulsionado. Após a Segunda Guerra Mundial, mobilizou-se intensa concentração e centralização de capital nas mãos de poderosos grupos econômicos organizados em cartéis. Grandes bancos e industriais associados às

corporações Imperialistas criaram mecanismos para a subordinação da agricultura, convencionalmente traduzida como tradicional, ao complexo agroindustrial.<sup>3</sup>

No caso brasileiro, a partir de 1948, a Fundação Rockefeller e a Fundação Ford conjuntamente com outras organizações, como a Aliança para o Progresso, impulsionaram decisivamente o desenvolvimento do capitalismo no campo. Para isso, usaram os mecanismos dispostos pelo processo de exportação de capitais aos países periféricos, bem como pela construção do consenso via educação técnica agrícola e economia doméstica, como avaliado por Wolfart (2017, p. 223).

Na área da agricultura, a Fundação Rockefeller intensificou o desenvolvimento de experiências em genética vegetal com a finalidade de criar e multiplicar sementes selecionadas. Como indicado por Brum (1988, p. 44), o ramo cerealista, por exemplo, principalmente de trigo, arroz e milho, sofreu modificações genéticas para adaptação a diversos solos e climas. Selecionavam-nas com o objetivo de torná-las mais resistentes a doenças e pragas, implicando transformações nas tecnologias e práticas de trabalho no campo.

O governo brasileiro teve um papel importante no processo da modernização agrícola, mas a hegemonia capitalista no campo brasileiro, a partir do programa da “Revolução Verde”, não teria sido possível sem o papel organizativo das instituições citadas anteriormente e mediante a formação de um quadro técnico de intelectuais orgânicos a serviço do capital.

Segundo Colby e Dennett (1998), Fonseca (1985), Olinger (1996) e Oliveira (1999), a atuação de Rockefeller no Brasil nos anos de 1950 pretendeu colonizar extensas áreas de terras, entre elas o Oeste, Centro-Oeste e a região Norte do Brasil. Concomitantemente ao processo de colonização, aspiravam inserir o novo modelo agrícola proposto pela “Revolução Verde” nos estados cujo processo de modernização da agricultura era incipiente.

---

<sup>3</sup> Segundo Brum (1988, p. 104), por complexo agroindustrial entende-se como um conjunto de atividades econômicas - agrícolas, industriais, comerciais e financeiras - que apresentam alto grau de integração entre si. No interior deste conjunto se encontra indústrias de máquinas e insumos, indústrias de transformação e empresas de comercialização.

A transição do complexo tradicional para o complexo agroindustrial foi mediada pela educação das famílias rurais. As grandes corporações investiram maciçamente na formação de especialistas para atuarem junto aos agricultores e agricultoras com treinamentos para que fossem propagadores e propagadoras da ideologia a serviço do capital, mas, também, na preparação da força de trabalho para a expansão do capitalismo no campo.

Os problemas do setor agrícola eram colocados como um óbice para o desenvolvimento da economia industrial. Caracterizada pela baixa produtividade e técnicas tradicionais, a situação conjuntural, estrutural e a propriedade privada da terra impunham limites claros à melhoria da qualidade de vida da população.

Como veremos ao longo deste artigo, a extensão rural atuou no sentido de difundir um conjunto empresarial de técnicas para o meio rural, disseminando a ideia de que bastava aumentar a produtividade aplicando racionalmente as técnicas e tecnologias de produção, para que emergisse o bem estar das famílias rurais. O campo e o lar, administrados como uma empresa, ao ritmo fordista do relógio, gerava uma maior exigência sobre os homens e as mulheres em relação ao trabalho na agricultura.

Ao contrário do discurso de melhoria da qualidade de vida daqueles que produziram no campo, nossa hipótese é a de que a modernização da agricultura deixou consequências desastrosas aos pequenos proprietários, posseiros, renteiros e outros trabalhadores cuja renda era precária. A expropriação e a subordinação do trabalhador do campo ao setor urbano-industrial e ao capital são consequências do desenvolvimento do capitalismo no campo, conforme discutido por Fonseca (1985, p.102-103).

Como a consolidação do projeto de expansão capitalista no campo demandou a reprodução do consenso no meio rural, o investimento no adestramento da juventude rural consistiu em um dos principais mecanismos dessa investida sobre os trabalhadores do campo.

Durante o artigo, se poderá aferir resultados relacionados ao desempenho de uma educação rural que consolidou certa concepção de formação humana de acordo com os interesses (e tensionamentos) relacionados



à propagação do projeto capital-imperialista (FONTES, 2010) para o Brasil. Como produto da consolidação desse projeto, os extensionistas foram organizadores das metodologias de trabalho aplicadas junto aos produtores rurais. Com isso, além de incentivadores de “renovadas” práticas de produção agrícola, os extensionistas foram difusores de certa formação humana baseada no adestramento (definição dada pelos próprios extensionistas) dos produtores rurais para a aquisição de tecnologias e insumos vendidos por multinacionais.

### Juventude e educação rural segundo a ideologia da classe dominante

#### *O DESTINO DO BRASIL*

*Por muitos anos a fora, o Brasil permanecerá no seu destino rural. A conquista de seu imenso território, ainda por fazer, e a organização da vida social em seu interior, como em todas as épocas e entre todos os povos, serão resultantes necessárias da expansão da economia rural. O industrialismo e a elevação do nível de vida de suas populações rurais e urbanas, exigem essa ampla base agrícola e que maior avulta se levarmos em conta, como não pode deixar de ser, de alimento, de trabalho, de vestuário, de habitação, enfim, de vida e alegria (GRUPOS E CLUBES, 1962, p. 02).*

O trabalho com a juventude rural no Brasil fez parte da estratégia de ação das Associações de Crédito e Assistência Rural num contexto em que o Estado passou a se pautar pelo desenvolvimentismo como método para oportunizar a modernização da agricultura.

A introdução da extensão rural no Brasil foi resultante da rearticulação da produção agrícola do pós-II Guerra Mundial, e a Fundação Rockefeller surgiu como protagonista desse processo. Foi, portanto, necessário planejar a produção de alimentos para o mundo em reconstrução, o que colocou o Brasil, e outros países da América, bem como da África e da Ásia, determinados centros estratégicos de produção. Segundo Argemiro Jacob Brum:

O desfecho da Segunda Guerra Mundial abriu grandes perspectivas de expansão do capital. Multiplicaram-se as possibilidades de investimentos, tanto nos países centrais como nos subdesenvolvidos. As corporações transnacionais

aproveitaram a oportunidade. A substituição da agricultura tradicional por uma agricultura modernizada representava a abertura de importantes canais para a expansão dos negócios das grandes corporações econômicas, tanto no fornecimento das máquinas e insumos modernos, como na comercialização mundial e nas indústrias de transformação de produtos agropecuários, sem esquecer o financiamento aos países que aderissem ao processo de modernização (BRUM, 1988, p. 45).

O sistema de extensão rural, portanto, era responsável pela difusão e implementação do pacote tecnológico, e pela prática de intervenção na agricultura brasileira para realizar certa troca geracional no meio rural (WOLFART, 2017, p. 64). Visando desenvolver plenamente a modernização da agricultura, os jovens rurais foram submetidos a organizações em clubes agrícolas pelos sujeitos extensionistas, e foram eleitos como um dos principais agentes capazes de assimilar facilmente a ideologia de produção capitalista centrado no programa da “Revolução Verde”.

É importante mencionar a definição de extensão rural avaliada por Pedro Cassiano Farias de Oliveira. Para esse pesquisador, a extensão pode ser definida da seguinte forma:

Nesse sentido, a trajetória da extensão rural no Brasil não foi uma política pública selecionada pelo próprio Estado restrito, de acordo com interesses inerente a ele. No processo de constituição e desenvolvimento do extensionismo rural houve uma convergência de interesses entre as agências internacionais, tanto públicas - Departamento de Estado dos EUA - quanto privadas - Associação Internacional Americana (AIA) do Nelson Rockefeller - e de uma fração da classe dominante agroindustrial brasileira, fruto de uma escolha politicamente orientada em prol de um projeto político forjado nas frações de classe no Brasil (OLIVEIRA, 2013, p. 17).

Em relação ao Brasil é importante não esquecer que o debate em torno de um modelo de educação rural, que incentivou a constituição de clubes rurais voltados para esse fim, ocorreu nas décadas de 1930-40. Tratou-se do movimento denominado de Ruralismo Pedagógico, conforme discutido pela pesquisadora Jaqueline Basso:



As décadas de 1930 e 1940 foram marcadas pelo embate entre aqueles que defendiam a urbanização e a industrialização do país, e os que desejavam a manutenção da economia agrária e do poder oligárquico, os ruralistas. O movimento ruralista deu origem a uma vertente educacional denominada Ruralismo Pedagógico, que estava assentada na defesa de uma educação específica para o meio rural e na credulidade que ela seria capaz de conter o processo migratório do campo para as cidades - inevitável diante do desenvolvimento tecnológico que tornava as áreas urbanas cada vez mais atrativas pelo conforto e pela disponibilidade de postos de trabalho no comércio e nas indústrias (BASSO, 2018, p. 12).

A esse processo correspondeu, já nas décadas de 1940-60, um projeto de preparação dos jovens rurais em meio à difusão e implementação do pacote tecnológico e das premissas da modernização da agricultura em face da adesão ao projeto desenvolvimentista, correspondeu a um método de educação rural. Extensão rural, clubes 4-S, implantação de experiências modelo e demonstrações de resultados, reuniões periódicas, enfim, uma série de oportunidades para aprender, planejar e executar os conhecimentos pautados pelas técnicas renovadas de plantar e colher, mas também de se relacionar com o produto econômico de seu trabalho e, até mesmo, de se relacionar com a própria vida.

A pesquisadora Maria Tereza Lousa da Fonseca trouxe à tona o seguinte trecho do artigo de José Paulo Ribeiro intitulado “Programa de extensão”, que foi veiculado na revista “Ceres” de 1957: “Extensão nada mais é que educação. O objetivo fundamental de qualquer organização educacional é ensinar às pessoas como pensar e não o que pensar”. Na continuação do artigo, Ribeiro definiu o papel da extensão rural, das gerações e da família nesse processo educativo: “Assim, sendo, a função da extensão é ensinar as famílias a descobrir e determinar suas próprias necessidades, a fim de que possam encontrar a solução de seus próprios problemas, ajudando-as a adquirir conhecimentos e a agir no sentido de fazer uso adequado desses conhecimentos.” (RIBEIRO *apud* FONSECA, 1985, p. 126).

Por seu turno, embora a educação rural no Brasil corresponda a uma preocupação mais recente pela ideologia da classe dominante, esse processo se deveu às peculiaridades do desenvolvimento do capitalismo que ocorreu de

modo desigual e combinado. Por exemplo, nos Estados Unidos, desde o século XVIII uma modalidade de ensino agrícola foi organizado nas escolas e/ou colégios agrícolas em função do interesse dos fazendeiros em aumentar e melhorar a produtividade.

Segundo Bechara (*apud* SOUZA, 2003. p.116), em razão do interesse dos fazendeiros foram criados institutos agrícolas em 1863. Nesses institutos foram realizadas conferências e os conhecimentos eram compartilhados entre estudantes e fazendeiros “bem sucedidos”.

Nesse período, também se realizaram as chamadas semanas ruralistas e se formaram sociedades agrícolas na Filadélfia e Massachusetts, onde se referiam à “educação da população rural” e sobre a importância da propaganda para difusão de novas práticas. Além disso, no Estado de Ohio e Nova York, criaram-se conselhos de agricultura com a finalidade de difundir entre os produtores rurais conhecimentos técnicos e práticas de modernização (CETREISUL, Pelotas, 1962).

Nas semanas ruralistas ocorridas nos EUA já eram utilizados métodos de extensão, também utilizados posteriormente no Brasil, tais como: reuniões, demonstrações, palestras e cartas circulares. De certa forma, podemos dizer que esses métodos foram testados e aprovados nos Estados Unidos e que foram exportados para a América Latina. Nos Estados Unidos, para incentivar os serviços de extensão, o Estado doava terras às escolas agrícolas para desenvolverem as experimentações, demonstrações e semanas ruralistas (CETREISUL, Pelotas, 1962).

Porém, o início da extensão rural nos EUA, segundo Bechara, é atribuído ao professor de agronomia Seaman Knaap, que realizou as primeiras demonstrações do algodão em Luisiana com a participação dos agricultores locais. O projeto de Knaap teve reconhecimento e incentivo do Estado que disponibilizou capital público para a extensão. Segundo o relatório do Centro de Treinamento Extensionista, cerca de 40.000 dólares foram fornecidos pelos EUA a Knaap para possibilitar a continuação dos seus serviços realizados junto aos produtores rurais (CETREISUL, Pelotas, 1962).

O ano de 1904 é o marco de organização do sistema de trabalho junto à juventude rural nos Estados Unidos, mas só no ano de 1948 foi constituído o serviço de extensão rural no Brasil, por meio das investidas de Rockefeller, via *Association for Economic and Social Development* (AIA).

A AIA foi uma instituição fundada pelo grupo Rockefeller na segunda metade da década de 1940 e foi um importante agente da expansão do capitalismo no campo nos países periféricos da América Latina, em específico no Brasil. Essa associação foi responsável pelo financiamento e oficialização da Extensão Rural no Brasil e desenvolveu projetos de cooperação técnica, principalmente em agricultura e conservação do solo, além de programas de saneamento e alfabetização.

Foi a partir de 1948 que houve a difusão crescente de várias associações de Crédito e Assistência Rural pelo Brasil, incluindo a organização de Clubes 4-S. As primeiras experiências e testes da AIA ocorreram em conjunto com prefeituras municipais e produtores rurais em Santa Rita do Passo Quatro, em São Paulo, e posteriormente foram inseridas em Minas Gerais (CETI, Ipanema, p.32).

No entanto, esse processo educativo possuiu, segundo Fonseca (1985. p. 94), um conteúdo muito claro em relação à ocultação das contradições e contingências históricas do processo de expropriação dos trabalhadores rurais e, por consequência, de implantação da propriedade privada. Segundo Fonseca (1985, p. 94):

“(...) o discurso dissimulava as causas e os efeitos reais da questão, ou seja, a existência das contradições inerentes à sociedade capitalista; ocultava a origem da divisão social e justificava a dominação no campo sob a aparência de que a exploração ou a subvida do agricultor brasileiro se deviam não a fatores históricos-estruturais específicos da formação social a que pertencia, mas sim a sua ignorância e marginalidade das conquistas técnico-científicas da sociedade urbano-industrial.

Na esteira deste processo, os clubes 4-S foram organizados como um espaço de trabalho “pedagógico-educativo” especialmente voltado para as expectativas dos jovens, filhos dos produtores rurais no interior da extensão

rural. A matriz desses Clubes é estadunidense (os Clubes 4-H's que significava Head, Heart, Hands e Health, ou seja, Cabeça, Coração, Mãos e Saúde), se desenvolveu nos trabalhos de articulação teórico-prática da Sociologia Rural estadunidense, e, assim como a extensão rural, ambicionou servir como um elo entre o saber científico e a agricultura de subsistência. Esta última era considerada pela extensão rural como o elo fraco da agricultura brasileira, além do que era definida como “arcaica”.

Os sujeitos foram doutrinados para não só aderirem ao projeto da modernização burguesa, mas para serem considerados cidadãos livres e com domínio do saber técnico. Era preciso estimular a juventude, alvo em potencial da modernização, em pleno contexto da emergência a nível internacional dos movimentos reformistas e anarcossindicalistas.

O movimento quatroessista foi fundamental para a formação de um novo sujeito consumidor e propagador do capitalismo no campo. Esses Clubes, enquanto parte da metodologia da extensão, diziam-se voltados aos jovens, mas pretendiam atingir toda a família do sócio, vizinhos, amigos e comunidades. Vejamos a seguir:

Clube 4-S é um grupo de jovens rurais que se organizam, para praticar melhores métodos em Agricultura e Economia Doméstica. Além disso, preparam-se para serem líderes e cidadãos úteis na localidade onde moram: acostumam-se a viver em grupo, com espírito de cooperação e lealdade, dentro dos princípios democráticos.

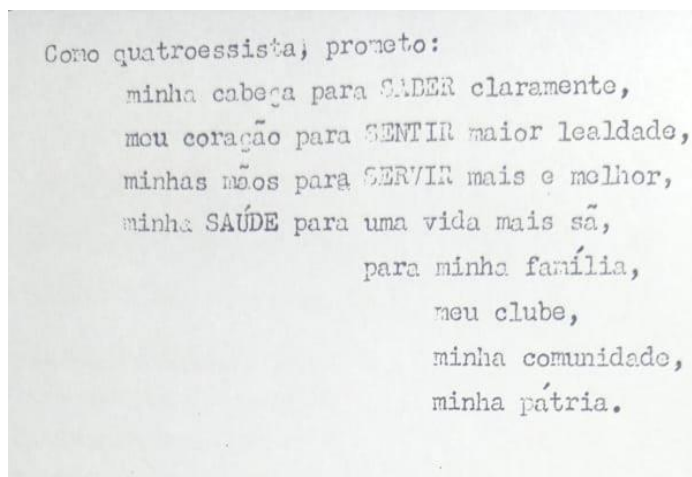
Esses clubes são organizados com a participação das pessoas da comunidade, e são formados por rapazes e moças, cada um executando, pelo menos, um projeto individual.

Os clubes 4-S se reúnem, normalmente, nas casas dos sócios, ou em algum prédio especial como, salão da igreja, escola, etc. Os pais e líderes comparecem às reuniões e participam delas. Cada clube elege sua diretoria, seus líderes, tem um calendário anual de trabalho, e faz reuniões regulares mensalmente (CETREISUL, Pelotas, 1961, p. 03).

A formação de lideranças e desenvolvimento de projetos individuais e coletivos e concomitantemente as exposições dos projetos nos eventos locais, municipais e estaduais fizeram parte das estratégias do projeto burguês da extensão para a propagação do capitalismo no campo. Projetos de costura, do

milho híbrido, alimentação, avicultura, suinocultura, preparo de terreno, canteiros para jardim da escola, comedouro para suínos, trabalhos culturais, arranjo do quarto: penteadeira, vacinação, técnicas de boas maneiras, cumprimentos, apresentação, boa postura, entre outros projetos de envolvimento da comunidade. “Fazer melhor ainda” correspondia ao lema dos clubes 4-S a serviço da ordem, da obediência e do compromisso com o projeto de desenvolvimento econômico, social, cultural, ideológico da burguesia.

**Figura 1: O positivismo e o compromisso quatroessista**



FONTE: CETREISUL, Pelotas, 1961, p.15.

O trevo de quatro folhas contendo os 4-S apresentava um tom de ufanismo positivista do projeto da modernização. Para se reafirmar junto aos agricultores, a extensão atuou no sentido de convencer às comunidades rurais de que as práticas produtivas tradicionais eram os principais motivos da pobreza e do atraso no campo. Portanto, bastava mudar as técnicas de produção, substituindo-as pelo emprego das tecnologias, investimento, empréstimos que se resolveriam todos os problemas de trabalho e de vida no meio rural.

Os jovens rurais foram vistos pela extensão como o principal elemento e possibilidade para liderar e executar as transformações no meio rural, tais como a substituição da agricultura de subsistência por uma agricultura modernizada, mecanizada e geradora de altas taxas de produção.

Paradoxalmente, o modo de vida dos produtores rurais adultos foi apresentado como principal premissa de impedimento para a modernização e a troca geracional no campo era o caminho para o desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Senão, vejamos:

Há de se convir, contudo que não é fácil conseguir-se a alteração das atitudes, principalmente em pessoas adultas, particularmente no ambiente rural, onde o tradicionalismo primitivo, longe de ser simplesmente conservador é na realidade profundamente rotineiro.

Por isso, dedica a extensão rural especial atenção à educação da juventude, eis que a mentalidade da criança ou do adolescente é essencialmente moldável e suscetível a aprender com muito maior facilidade (...).

Tendo por objetivo geral, orientar a atividade da juventude rural no sentido do seu **adestramento** e compreensão para trabalhar coletivamente em benefício de sua família e de sua comunidade, criou o escritório técnico de agricultura - Projeto nº 15, um projeto específico denominado “programa do Clube 4-S”, eis que essa designação está sendo adotada em todo o país, cujo planejamento, por parte dos escritórios locais, ocorreu, para o ano de 1958, nas seguintes proporções: programas de Clubes 4-S... 4 escritórios.” (RELATÓRIO ETA Projeto 15, Curitiba, 1957, pp. 11 e 14). [grifo nosso].

Para além de considerar a extensão rural enquanto um processo educativo para o capital, avaliou-se que o “adestramento” rural é a expressão mais adequada para designar a metodologia de trabalho do programa de modernização proposto pelas agências estadunidenses, pois fez parte dos interesses do projeto que os jovens acumulassem os conhecimentos tecnológicos e o capital cultural capitalista. O projeto consistiu de interesses hegemônicos e da viabilização de políticas públicas escoltadas pelo Ministério da Agricultura, que não tinham como objetivo promover conhecimentos para a população rural.

Por sua vez, adestrar em sentido algum pode ser tomado como sinônimo de conhecer, pois o processo do conhecimento requer um caminho que parte das impressões imediatas até se chegar a uma visão sintética que ultrapasse o senso comum e a visão confusa e aparente da realidade concreta, ou seja,



segundo Saviani (2009) a visão Sincrética.<sup>4</sup> O saber ofertado pela extensão, era basicamente técnico, prático e não teórico. Nesse sentido, o objetivo não era desenvolver sujeitos autônomos, capazes de refletir e identificar as contradições da sociedade capitalista, nem mesmo superá-la. Tratou-se de uma orientação do “modelo difusionista-inovador”.

Segundo Fonseca (1985, p. 52-53), a prática extensionista na América Latina esteve fundada numa visão empírico-positivista da realidade, circunscrita à ideologia liberal, apresentando uma proposta que visava educar as comunidades sem comprometimento com as condições reais no meio rural. Nesse sentido, o “modelo difusionista-inovador” amparado na empiria e no positivismo,

(...) partem do princípio de que as mudanças nas sociedades rurais se dão por intervenções técnicas e não por alterações nas estruturas sociopolíticas e econômicas dessas sociedades. Por conseguinte, esta postura levava os agentes envolvidos nestes programas de mudança a ficarem alheios aos conflitos e contradições existentes na realidade em que atuavam, sem contudo impedir o aprimoramento de técnicas e metodologias que acreditavam ser rigorosamente objetivas e neutras para a análise e solução dos problemas dessa realidade (FONSECA, 1985, p. 52-53).

Em síntese, a extensão - por meio da sua prática educativa, seus métodos e técnicas - pretendia incentivar o progresso nas áreas rurais em detrimento das práticas e saberes tradicionais. Por meio dos projetos educativos, como os Clubes 4-S, demonstraram-se aproximações aos programas educacionais que buscam a conciliação entre capital e trabalho, transferindo aos próprios sujeitos e/ou comunidade os problemas e encontros que a realidade de trabalho e vida no campo lhes impõe, quais sejam as determinações produtivas, comerciais e ambientais.

---

<sup>4</sup> Consultar: SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. 41. Ed Campinas, Autores Associados, 2009.

## O programa piloto da extensão e a integração do Estado ao projeto imperialista

Minas Gerais e, posteriormente, São Paulo, foram os estados brasileiros pioneiros na implementação do projeto de extensão rural ligado à ação da iniciativa privada estadunidense no pós-II Guerra. É sempre importante lembrar que Minas Gerais e São Paulo foram estados que gozaram de significativo poder durante o período da República Oligárquica brasileira (1894-1930). Devido a isso, Minas e São Paulo foram regiões propícias para o desenvolvimento do capitalismo no campo mediante a ação da extensão rural, pois se associaram muito cedo aos agentes estadunidenses. Outros elementos contribuíram para impulsionar o projeto naqueles estados. Mas Minas Gerais foi pioneiro na adesão ao projeto dos clubes 4-S.

(...) Foi no dia 15 de julho de 1952, fundado e organizado o primeiro Clubes 4-S (SIC). Jovens idealistas e sabedores de seus compromissos da localidade de Igrejinha, município de Rio da Pomba, região de Ubá em Minas Gerais, deram muita agitação ao meio rural com a implantação desse Clube. Daí pra cá então, supervisionados e orientados pelas instituições de assistência à trabalhadores (SIC) rurais, citando como exemplo em nossa cidade e município os trabalhos executados pela Acarpa, que não somente atende a parte rural como a assistência aos trabalhos domésticos. Enviamos hoje nossas felicitações a todos (SIC) os Clubes 4-S de nossa vasta região, especialmente aos associados líderes do Clube do trevo verde que simboliza muita riqueza e sorte, baseados nos dísticos Saber, Sentir, Servir e Saúde. Durante esta semana, como já tivemos hoje, teremos ocasiões de ouvir pela nossa emissora no espaço ponto de vista, palestras proferidas por várias pessoas e autoridades municipais sobre a fundação dos 4-S, e o incentivo à família rural especialmente a juventude rural. Nossa gente da colônia não deve perder a oportunidade de ouvirem a todos que falarão por conhecimento sobre o valor dos Clubes 4-S (FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS, Mal. C. Rondon, vol. 06, 1969). [Grifos meus].

O programa piloto, tanto em Santa Rita do Passa Quatro no estado de São Paulo quanto a Fundação da Associação de Crédito Rural, em Minas Gerais, intermediadas pela AIA, repercutiram nacionalmente, influenciando na criação de experiências semelhantes em outros estados, situação que demandou

organização e mobilização de especialistas para as determinadas áreas atendidas e estímulo econômico e material para a viabilização das práticas extensionistas.

Na avaliação de Claiton Marcio, quando os Clubes foram implantados em Santa Rita, passaram a seguir o modelo próximo aos 4-H, e eram chamados de Clubes AIA, pois, foram organizados justamente pela *American International Association for Economic and Social Development*, de Nelson Rockefeller. Em 1952, no município mineiro de Rio Pomba, a ACAR fundou, oficialmente, o primeiro Clube 4-S no Brasil (SILVA, 2009, p. 103). Tratou-se de um fato amplamente lembrado e divulgado tanto pela documentação oficial quando nos meios de comunicação nas várias regiões que desenvolveram esses Clubes.

Nas fontes oficiais da agência de extensão, são perceptíveis as considerações com relação à juventude como o principal canal de comunicação entre extensão rural, método de extensão e os saberes do universo rural, representado pelo modelo tradicional de prática agrícola. Inclusive, houve certo esforço de construir a história dos Clubes, a qual tentava suplantiar, silenciar e até mesmo refundar a história da agricultura tradicional, para estabelecer certa história oficial direcionada à modernização, inclusive com uma linguagem adaptada ao senso da juventude.

Segundo o anuário para a juventude rural das Américas organizado por Henry Ford, os anos de 1960 significaram um momento propício para a organização empresarial, e pelas lideranças internacionais, em torno do trabalho dos Clubes 4-S:

Os anos de 1960-61 serão lembrados pelos Clubes da Juventude Rural como os anos em que várias forças se congregaram para apoiar o jovem rural. Durante estes anos de importância vital para os Clubes, associações cívicas, fundações internacionais, bancos e governos nacionais formaram fortes consórcios visando o melhoramento da vida rural, pela assistência ao trabalho dos Clubes da Juventude Rural (...).

(...) No Brasil, onde o trabalho dos Clubes 4-S foi introduzido em apenas dois ou três Estados, em 1959, o programa já se difundiu em doze Estados e o país apresenta um aumento global de 55%. Foi estabelecido como meta, nesse país, quadruplicar em 1965 o seu atual número de sócios que atinge à cifra de

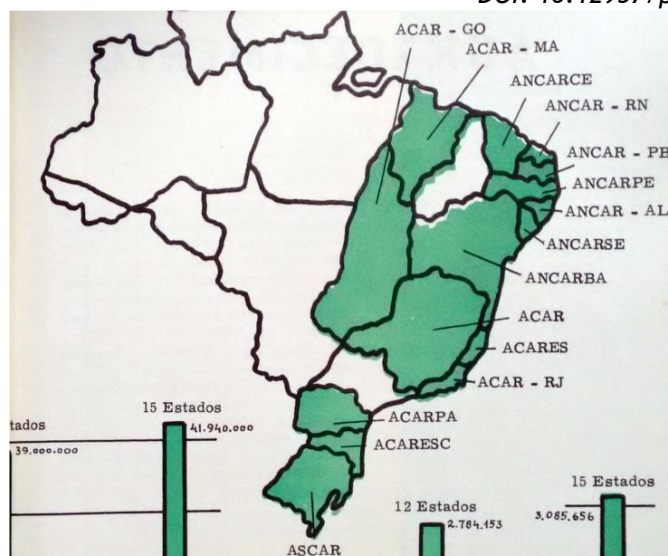
4.060. Com os escritórios de Extensão Agrícola funcionando em 12 Estados, espera-se que os resultados excedam à expectativa (FORD MOTOR COMPANY, Vol II, 1962, p. 05). [Grifos meus]

A organização dos jovens rurais nos clubes 4-S teve reconhecimento e incentivo do Estado, que disponibilizou capital público para a extensão. Segundo o relatório do Centro de Treinamento Extensionista, cerca de 40.000 dólares foram fornecidos pelos EUA ao Knaap para possibilitar a continuação dos seus serviços realizados junto aos produtores rurais (CETREISUL, Pelotas, 1962). Ou seja, havia disponibilização de verba do Estado para a efetivação do projeto da modernização. A extensão, desde o princípio, atuou no sentido de transformar o projeto como uma política pública permanente de acompanhamento e instrução no campo.

Em vários estados do país a extensão rural iniciou suas atividades mediante atuação organizativa dos técnicos nos Escritórios Técnicos de Agriculturas - ETA. Houve o estabelecimento de um convênio entre o governo federal dos Estados Unidos e o governo federal do Brasil. A maior quantidade de verba que mantinha no início os serviços de extensão nesta região provinha do Ponto IV, idealizado durante a gestão Truman nos EUA, que pretendeu reproduzir no mundo os altos níveis de industrialização e urbanização, através da tecnificação da agricultura, desenvolvimento dos padrões de vida e adoção de novos e “modernos” padrões e valores culturais.

Esse programa, implantado no Brasil, serviu para dar um impulso para os serviços se desenvolverem de modo autônomo nos estados e especialmente nas municipalidades. Por isso, o caráter consensual da extensão, a sua propagação e a fundação de diversas associações civis, que tomaram os nomes de ACARPA, ACAR, ACARESC, ASCAR, ACAR-GO, ANCARCE, ANCARBA, etc” (CETREISUL, Pelotas, 1962).

**FIGURA 2:** Relação de estados que desenvolveram a extensão rural (1963)



FONTE: Relatório da Acarpa, Curitiba, 1963.

Através do ETA, os Estados Unidos doavam diversos materiais para viabilizar os projetos para a difusão da modernização da agricultura brasileira, tais como: viaturas, materiais agrícolas, equipamentos audiovisuais, temas de escritórios, sementes e outros artigos diversos não citados pelo relatório do Ministério da Agricultura. Através desse órgão, também foi firmado um convênio entre a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais e a Universidade norte-americana de *Purdue*. Por meio desse convênio pretendia-se também modificar o ensino agrícola superior para que atendesse o projeto previsto para o país.

O ETA também prestou assistência em diversos programas de treinamento, ensino e divulgação, tais como: Superintendência de Ensino Agrícola e Veterinário (SEAV), Sistema de Informação Agrícola (SIA), Centro de Ensino e Treinamento da Fazenda Ipanema (CETI), Centro de Treinamento de Campinas-SP (CETREC). Nos centros de treinamentos assessorados pelo ETA os extensionistas de diversos estados do país recebiam instruções sobre técnicas para o fomento agrícola, a conservação do solo, os tipos de sementes melhoradas adequadas à diversidade de ambientes e solos e a divulgação das pesquisas que eram praticadas nos Estados Unidos. É importante lembrar que com o crescimento das filiais do Sistema ABCAR de 1956, passaram a ser criados vários centros de treinamento de extensionistas regionais, como o

Centro de Treinamento e Informação do Sul (CETREISUL), no Rio Grande do Sul, e o já citado CETREC.

O ETA, também, prestou assistência tanto em programas para a agricultura quanto para a pecuária. Prestou assessoria para o aumento da produção leiteira, melhoria genética dos rebanhos, transformações sanitárias, rações adequadas e inseminação artificial. De um modo geral, o cerne dos trabalhos desse órgão consistia na extensão rural, pois era um instrumento importante para a difusão do projeto de modernização da agricultura.

Segundo o Ministério da Agricultura:

A cada um desses serviços estaduais de extensão o ETA oferece assistência direta e constante, tanto técnica como financeira. A maioria (perto de duas centenas) dos veículos de que se servem as equipes de técnicas extensionistas em seu trabalho de campo foram fornecidos pelo ETA, que ainda contribuiu com outros tipos de equipamentos importados. A colaboração mais decisiva, no entanto, foi dada através do assessoramento de seus técnicos brasileiros e norte-americanos ao contínuo aperfeiçoamento profissional dos extensionistas (MINISTERIAL REPORTS: Agricultura 1960, p. 110).<sup>5</sup>

Com recursos do ETA os extensionistas recebiam cursos ministrados por especialistas estadunidenses, além disso, forneciam-se bolsas de estudos para participantes (geralmente dos Clubes de jovens dos 4-S), ou para algum agricultor (que manifestasse interessasse pelos projetos orientados pelos extensionistas) para ir aos Estados Unidos receber treinamento técnico e/ou conhecer a agricultura mecanizada e modernizada.

O ETA foi responsável por organizar a infraestrutura da extensão e dispunha de Jipes para possibilitar que os intelectuais orgânicos fizessem os contatos com as famílias rurais, especialmente junto aos jovens em suas reuniões. Tratava-se de um meio que possibilitava manter aproximação com os trabalhadores rurais, para divulgar tecnologias e técnicas de pesquisa, ou convencer os filhos desses produtores para fazer parte da organização de um Clube de jovens 4-S, até mesmo era um meio de acompanhar o andamento da

<sup>5</sup> Disponível no site: <http://ddsnext.crl.edu/titles/108-?c=0&m=94&s=0&cv=107&r=0&xywh=-1198%2C0%2C4218%2C2975> acesso no dia 04 de novembro de 2020.



produção e da produtividade agrícola. Os veículos eram também importantes para aproximar as famílias rurais ao projeto de modernização. Os veículos possibilitavam aos extensionistas contatar um número maior de pessoas em menos tempo de trabalho. Além disso, permitia chegar às propriedades geralmente muito distantes das vilas ou cidades onde os Escritórios estavam instalados. Muitas famílias não frequentavam os escritórios para receber orientação técnica, portanto a maior parte do trabalho de difusão da modernização foi feita pelos extensionistas através das visitas de campo e pelos Clubes 4-S.

Para além da iniciativa privada binacional, o Estado brasileiro aos poucos foi assimilando esse projeto capitalista para a agricultura e esse processo ficou mais evidente a partir da criação da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), entidade que tinha como finalidade uniformizar os trabalhos extensionistas.

Segundo a Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (ACARPA):

O ano de 1956 foi decisivo para o Sistema Cooperativo de Extensão Rural no Brasil. Como se viu fundaram-se nesse ano o ETA- Projeto nº15 e o ETA - projeto nº 17. Vários outros estados manifestavam, ainda, grande interesse pela criação de associações semelhantes. Havia, também o perigo de que, por falta de um órgão coordenador e de apoio financeiro, algumas das associações fundadas, se afastassem gradualmente dos princípios e filosofia que devem reger o trabalho de extensão ou fracassassem por falta de recursos. Assim, a ideia que vinha sendo acalentada há muito tempo, de uniformização do sistema, veio a concretizar-se em junho de 1956 com a fundação da ABCAR. Teve como membros fundadores a Confederação Rural Brasileira, o ETA, a AIA, o Banco do Brasil e as entidades de nível nacional cooperadores por convênio e o Ministério da Agricultura (ACARPA, Curitiba, 1971, p. 07-08).

A ABCAR foi criada em um contexto em que os Estados Unidos ultrapassaram as suas fronteiras e procuraram estender a extensão rural em países da América Latina com o objetivo de criar empresas para disponibilizar quantidades crescentes de matérias primas aos países industrializados através do mecanismo de prestação de assistência técnica e economia doméstica no campo.

É importante observar que o ano de 1956 representou um marco da transição de um governo para outro, e, consecutivamente, a substituição de ministros, diretores, chefes de seção do Ministério da Agricultura. O campo sofreu um processo de capitalização com intervenções institucionalizadas para aumentar a produção/produtividade sem produzir alterações na estrutura fundiária vigente. Segundo Colby e Dennett, os pactos envolvendo Rockefeller e o governo JK estimularam o desenvolvimento do extensionismo e a propagação do crédito rural (COLBY; DENNETT, 1998 *apud* OLIVEIRA, 2013, p. 17).

A descontinuidade administrativa pela substituição de ministros e chefes segundo o relatório afetou desfavoravelmente o ritmo dos trabalhos do Ministério. Nesse quadro de substituições, segundo o diretor do SIA, os ocupantes dos cargos de chefia deixaram de prestar as devidas informações sobre os trabalhos efetuados durante a gestão de 1954 e 1955. Nesse sentido, o relatório foi considerado como incompleto, pois as informações necessárias segundo a SIA não foram disponibilizadas em sua totalidade, seja por omissões, troca de funcionários internos e outros motivos não evidenciados no relatório. Tratou-se de uma justificativa do Serviço de Informação Agrícola (SIA), cujo diretor na época era José A. Vieira e foi apresentado em 1956. O interesse dessa agência era introduzir o projeto de modernização da agricultura.

O SIA, órgão do Ministério da Agricultura, era encarregado de divulgar todas as realizações da Extensão e promover propagandas relacionadas às concessões das bolsas de estudos nos Estados Unidos aos técnicos brasileiros e assessores para a fundação de Clubes agrícolas (MENDONÇA, 2007, p. 97). Multiplicava-se, assim, não só a rede de agências e agentes de divulgação, mas um corpo de especialistas e técnicos propagadores da ideologia da “Revolução Verde”.

É nesse contexto de transição que passou a preponderar a análise de que para desenvolver o campo não bastava o aprimoramento de atividades de fomento como era realizada em anos anteriores. Era preciso agora investir intensamente na educação. Assim, alcançaria não só o agricultor, mas toda a sua família, à semelhança da extensão rural empregada nos Estados Unidos. O

objetivo era fazer com que a agricultura cumprisse seu papel de fornecedora de recursos para a indústria.

Para intensificar ainda mais o processo de tecnificação, na visão das agências de extensão rural, era preciso, também, capitalizar a família rural e torná-la integrante de uma comunidade com potencial representação de suas demandas, para, dessa forma, participar dos trabalhos planejados pelo Serviço Social Rural (SSR), instância educativa participante de programas humanitários promovidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), cujo objetivo era o mercado, lucro, mesmo que para isso fossem necessárias mudanças culturais e tecnológicas para difundir o projeto capitalista no campo.

Segundo o Ministério da Agricultura,

Todas essas atividades de fomento da produção vegetal se bem que viessem produzindo resultados que podem ser considerados como satisfatórios, sofrerão, a partir de agora, sensível mudança de orientação. Sem o abandono dos métodos clássicos de fomento, os trabalhos desenvolver-se-ão mais no sentido da extensão agrícola, deixando o agricultor de ser tratado, apenas, como uma unidade de produção, para ser considerado, também, como parte integrante de uma comunidade. Com a colaboração de todas as entidades que atuam nas zonas rurícolas, será dada maior intensidade aos trabalhos educacionais, abrangendo, inclusive, a família do lavrador, e visando, sobretudo, o alevantamento (sic) do nível social do meio rural brasileiro (MINISTERIAL REPORTS: Agricultura, U2035, Rio de Janeiro, relatório de 1954-1955, p.130-131).

Alinhar a produção investindo na cultura do trabalhador rural era uma proposta do programa da “Revolução Verde” no pós-II Guerra Mundial. Embora apresentassem uma missão com caráter aparentemente “humanitário” nos países periféricos, na realidade ocultavam os reais interesses da extensão relacionado a propagação do capitalismo no campo. Tratava-se do projeto capitalista regido por agências públicas e privadas estadunidenses, mas também com participação das multinacionais e transnacionais interessadas em dinamizar suas áreas de influência econômica, política e ideológica.

Durante o governo Kubitschek ocorreu um aumento da participação do governo e do capital estrangeiro para o financiamento de investimentos e também a participação do setor público e privado na economia. A participação

do governo aumentou, também, em função das pressões sociais por serviços públicos e infraestrutura social e pela necessidade de capital para o desenvolvimento do setor industrial. O governo estendeu sua participação através do incentivo ao consumo, pela disponibilização de empréstimos o que demonstrou maior dependência das empresas com bancos oficiais (NETO, 1997, p. 28). Objetivando aumentar a produtividade e incorporar tecnologia no setor agrícola, a conquista do “progresso” passou a ser um objetivo que fundamentava os discursos do Ministério da agricultura.

A criação de redes de instituições - envolvendo pesquisa científica, experimentação, ensino e fomento, defesa sanitária das lavouras e dos rebanhos mediante orientação, organização e fiscalização da produção - passou a fazer parte desse novo cenário brasileiro. O interesse em investir em armazéns, silos, estocagem em estações experimentais, institutos de pesquisas sobre “progresso” tecnológico e influência do mercado externo para o desenvolvimento de certas culturas contou com interesses públicos e privados. Além disso, o Ministério pretendia aproximar a iniciativa privada, as fazendas de criação e a rede de instituições e serviços, como escolas, igrejas, clubes agrícolas, postos agropecuários e laboratórios. Segundo o referido relatório a partir de 1960 essas instituições passaram a assumir tarefas relacionadas à modernização da agricultura, como pesquisa, fomento, organização e fiscalização da produção (MINISTERIAL REPORTS: Agricultura, U2037, Rio de Janeiro, relatório de 1960).

O golpe militar de 1964 concretizou a possibilidade para expandir ainda mais essa modalidade de serviço, uma vez que era um programa aliado de primeira ordem aos interesses do projeto da ditadura. Basta lembrar, também, que em 1964 foi criado o Comitê Nacional de Clubes 4-S, para angariar fundos para o trabalho com os jovens rurais, e que contou com integrantes públicos e privados, como AIA, ABCAR, USAID, Bancos, Confederação Nacional de Agricultura (CNA), ETA, Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), Ford Motors, Massey Ferguson, Cargill, Singer entre muitas outras entidades e firmas (GOMES, 2013, p. 60).

Por fim, em um contexto de perseguição política, de intensa repressão às resistências, o modelo de desenvolvimento associado ao capital externo foi imposto definitivamente e as políticas agrárias voltadas para a juventude rural foram aprofundadas. Isso se deveu, também, por interesses de frações agrárias brasileiras e grupos industriais internacionais. Nesse contexto a ditadura se pautou na inserção da agricultura no modelo de desenvolvimento orientado pelo grande capital monopolista. Por isso, em consonância com as expectativas de investimento destes setores, proporcionar uma mão de obra jovem e adaptada ao novo contexto e, sobretudo, com discernimento voltado para a “racionalidade” capitalista.

### Considerações finais

A modernização da agricultura brasileira no contexto do pós-guerra consistiu em um projeto submisso ao imperialismo e, seguindo essa lógica, propagou o capitalismo no campo. A extensão rural e seus agentes foram responsáveis por organizar nos países (e em seus respectivos estados) as metodologias de trabalho junto aos produtores rurais, e pretenderam adestrar as famílias rurais para a produção e o consumo de tecnologias e insumos do pacote tecnológico. Quanto a esses aspectos, o discurso da extensão ao longo deste artigo foi abordado.

Não bastou estimular a aquisição de tecnologias do pacote tecnológico das multinacionais dos países centrais, foi preciso ensinar como utilizá-las garantindo sua máxima eficiência, além de como aplicar o dinheiro e como investir. Tratou-se, portanto, da formação embrionária da racionalidade do capital que estava sendo formada.

Isso justifica o grande interesse da extensão pelo trabalho com a juventude, tratada como principal protagonista das transformações engendradas no campo, uma vez que consideravam que era muito mais fácil convencer os jovens a mudarem suas práticas do que os agricultores mais velhos, reprodutores da comercialização e produção tradicional.

Ao longo do artigo historicizamos a formação da extensão rural no Brasil e sua proposta de educação rural. Além disso, identificamos o processo pelo qual o Estado começou a assimilar a ideologia do projeto educativo voltado para as zonas rurais, buscando conciliar capital e trabalho, garantindo, assim, a manutenção e controle pela burguesia dos meios de produção. Nesse sentido, podemos afirmar que foi fundamental o papel desempenhado pelas premissas da extensão rural estadunidense aplicadas à realidade educativa brasileira. Esse processo foi decisivo para o ocultamento das contradições gestadas pelo processo capitalista de produção no campo brasileiro.

## REFERÊNCIAS

- BASSO, Jaqueline Daniela. *O Ruralismo Pedagógico no estado de São Paulo nas Décadas de 1930 e 1940: as Escolas Normais, os Cursos de Especialização, as Escolas Técnicas e os Clubes Agrícolas*. 2018. 202 f. Tese (Doutorado) - Pós - graduação em Educação, Centro de Educação e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2018.
- BRUM, A. J. *Modernização da agricultura: trigo e soja. Rio Grande do Sul*. Rio Grande do Sul: Vozes, 1988.
- BECHARA, Miguel. Extensão agrícola. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Departamento de Produção Vegetal, 1954. In: SOUZA, Sirlei de Fátima. *Tradição x modernização no processo produtivo rural: os Clubes 4-S em Passo Fundo (1950-1980)*. Rio grande do Sul, 2003.
- COLBY, Gerard; DENNETT, Charlotte. *Seja feita a vossa vontade*. A conquista da Amazônia: Nelson Rockefeller e o Evangelismo na Idade do Petróleo. Tradução de Jamari França. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- FONSECA, Maria Tereza Lousa da. *A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital*. São Paulo: Loyola, 1985.
- FONTES, Virgínia. *O Brasil e o Capital Imperialismo: teoria e história*. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.
- GOMES, Leonardo Ribeiro. *“Progredir sempre”: Os jovens rurais mineiros nos Clubes 4-S: Saber, Sentir, Saúde, Servir. (1952-1974)*. Dissertação de mestrado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.



MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e educação rural no Brasil: alguns escritos*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/FAPERJ, 2007.

NETO, W. G. *Estado e Agricultura no Brasil: Política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980*. São Paulo: Hucitec, 1997.

OLINGER, G. *Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil*. Florianópolis: EPAGRI, 1996.

OLIVEIRA, M.M. "As circunstâncias da criação da extensão rural no Brasil". In: *Cadernos de ciência e tecnologia*, Brasília, v.16, n.2, maio/ago. 1999.

OLIVEIRA, Pedro Cassiano Farias de. *Extensão rural e interesses patronais no Brasil: uma análise da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural - ABCAR (1948-1974)*. Dissertação de mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2013.

SILVA, Claiton Marcio. *Agricultura e Cooperação Internacional: A Atuação da American International Association for Economic and Social Development (AIA) e os Programas de Modernização no Brasil (1946-1961)*. Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz. Rio de Janeiro, 2009.

WOLFART, Cíntia. "O Novo já nasce velho": os Clubes 4-S e a modernização da agricultura no Oeste do Paraná (1950-1980). Dissertação de mestrado em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Marechal Cândido Rondon, 2017.

## FONTES

ACARPA, *ETA projeto nº15*. Relatório de atividades, 1957.

ACARPA. *Relatório de atividade*. Curitiba, 1963.

ACARPA. *Relatório de atividade*. Curitiba, 1971.

CETI: *Relatório do Centro de Ensino e Treinamento da Fazenda Ipanema*, São Paulo, sem data.

CETREISUL: *Relatório do Centro de Treinamento e Informação do Sul*, Pelotas, 1961.

CETREISUL: *Relatório do Centro de treinamento e informação do sul*, Pelotas, 1962.

FORD MOTOR COMPANY. *Juventude rural das Américas*. vol II. 1962, p. 05.

GRUPOS E CLUBES, *ABCAR*, Pelotas, 1962.

MINISTERIAL REPORTS: *Agricultura, 1860-1960: Agricultura 1960*. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/108#?c=0&m=94&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1425%2C-782%2C4640%2C3273>. Acesso em: 10 nov. 2020.

MINISTERIAL REPORTS: *Agricultura, U2035*, Rio de Janeiro, relatório de 1954-1955. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/108#?c=0&m=92&s=0&cv=124&r=0&xywh=-1198%2C0%2C4218%2C2975>. Acesso em: 17 mar.2021.